

**Grandes Opções do Plano e Orçamento****Apresentação*****Nota Introdutória***

Num quadro económico e financeiro de grandes dificuldades e incertezas, cumpre-nos traçar o quadro possível, e não o desejável, a fim de dar cumprimento aos objectivos políticos e programáticos estipulados nas “Linhas Estratégicas de Desenvolvimento” do Plano de Actuação definido para o quadriénio de 2010 a 2013.

Estamos perante tempos de grande exigência e adversidade, que nos obrigam a um maior rigor na tomada das mais diversas decisões, exigindo de todos nós um crescente empenho e compromisso face aos importantes desafios que se avizinham e que terão um impacto directo na trajectória do desenvolvimento traçado para os próximos anos.

Desde já, a aprovação do “Plano de Saneamento Financeiro” pela Assembleia Municipal a 28.10.2010, recentemente submetido à apreciação do Tribunal de Contas para efeitos de concessão de visto, será um instrumento fundamental para que já em 2011, o Executivo possa dar início a um processo de saneamento da dívida, que lhe permita fazer face aos compromissos assumidos e reequilibrar de forma gradual as finanças municipais.

Com este plano, pretendemos implementar medidas específicas para que seja possível atingir, a prazo, uma situação financeira equilibrada, nomeadamente no que respeita à contenção da despesa e à implementação de uma estratégia consistente pré-ordenada à solvência do seu passivo acumulado. Neste âmbito, será efectuada periodicamente uma avaliação do impacte orçamental e financeiro de todas as medidas ao nível da despesa e receita, estabelecendo-se simultaneamente uma calendarização anual da redução dos níveis de endividamento até serem cumpridos os previstos na Lei das Finanças Locais, e desse modo criar condições para que a prazo seja possível equilibrar as finanças municipais.

Pretendemos igualmente dar um maior relevo ao papel das Juntas de Freguesias, Associações, Colectividades e Instituições do nosso Concelho, enquanto parceiros estratégicos para um desenvolvimento integrado e sustentado, consubstanciado numa política de maior proximidade que possa dar continuidade a um novo ciclo de desenvolvimento e progresso iniciado em 2010, com vista a construir um Concelho dinâmico e próspero, onde seja bom viver e crescer.

Um Concelho mais solidário, com mais iniciativa, com melhor ambiente, onde a cultura, o desporto, a educação, a acção social, o emprego e o investimento, tenham a merecida atenção com vista a um futuro que possa perspectivar-se mais promissor para todos os paivenses.

Tudo isto, exequível pela via de uma gestão rigorosa e transparente, atenta às necessidades dos municípios, honrando os compromissos que assumimos e apostando nas pessoas como meio fundamental para atingir os desígnios traçados para a actividade municipal no ano de 2011.

**O Presidente da Câmara,**

**Gonçalo Rocha**

### ***Enquadramento Legal***

As Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento surgem na sequência do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicado no D.L. n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, constituindo um dos documentos previsionais obrigatórios objecto de elaboração e aprovação.

Pelo D.L. n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, foram estabelecidas as fases de implementação do POCAL e revogados os D.L. n.º 341/83 e 226/93, de 21 de Julho e de 22 de Junho, respectivamente, e o Decreto-Regulamentar n.º 92-C/84, de 28 de Dezembro. Pelo Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril, foram introduzidas as últimas alterações na legislação do POCAL.

### ***Organização***

Os documentos previsionais obrigatórios são as GOP e o Orçamento. Para melhor organização e explicitação das GOP, foi adoptada a seguinte estrutura de documentos:

- Grandes Opções do Plano (GOP);
- Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- Actividades Mais Relevantes (AMR).

Ainda que o Decreto-Lei n.º 54-A/99 apenas refira a obrigatoriedade de apresentar o PPI, considera-se importante evidenciar as AMR, com estrutura idêntica à do PPI e as GOP, sendo que as GOP agregam o PPI e as AMR.

### ***Estrutura e conteúdo***

#### ▪ As Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano definem as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local e incluem, designadamente, o plano plurianual de investimentos e as actividades mais relevantes da gestão autárquica.

A organização das GOP integra, em termos de quantificação da actividade municipal:

- O Plano Plurianual de Investimentos, que perspectiva os projectos/acções com contrapartida em despesas de investimento;
- As Actividades Mais Relevantes que englobam todas as restantes despesas de Plano e que não são consideradas despesas de funcionamento corrente nem despesas de investimento.

As GOP integram, assim, a globalidade das actividades a desenvolver no ano de 2011 e nos anos seguintes, incluindo os projectos/acções do PPI e as actividades consideradas mais relevantes.

Este documento permite de modo agregado por “*Objectivo*” e por “*Programa*” o conhecimento do Plano Anual de Actividades com o grau de detalhe necessário a uma gestão criteriosa de meios financeiros disponíveis. Os projectos/acções incluídos têm, à semelhança do PPI e AMR, ligação directa ao Orçamento através de rubricas orçamentais.

#### ▪ O Plano Plurianual de Investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos obedece aos documentos normalizados e integrados no POCAL, nomeadamente o quadro apresentado no ponto 7.1. do D.L. nº 54-A/99. O Plano

Plurianual de Investimentos tem um horizonte móvel de quatro anos e inclui todos os projectos e acções a realizar no âmbito dos objectivos estabelecidos pela Autarquia, explicitando a respectiva previsão de despesa.

O conteúdo do Plano Plurianual de Investimentos, atendendo ao enquadramento legal estabelecido, reporta, apenas, aos projectos/acções financiados por despesas de investimentos (código POCAL 07 – Aquisição de Bens de Capital), os quais constituem a globalidade dos investimentos a realizar pelo Município de Castelo de Paiva.

A tipologia destes projectos, que permitem o tratamento plurianual, resume a parte central dos montantes anuais dispendidos na actividade municipal e correspondem à maioria das Despesas de Capital (as restantes Despesas de Capital estão incluídas nas Actividades Mais Relevantes, nos Activos e Passivos Financeiros).

▪ As Actividades Mais Relevantes

Incluem as restantes despesas da actividade do Município, com excepção das despesas incluídas no PPI e das despesas consideradas de funcionamento corrente, serviço da dívida com empréstimos e Passivos Financeiros. Deste modo, adopta-se a mesma estrutura de quadros, codificações, classificações e responsáveis previstos no PPI.

### ***Orçamento***

O Orçamento para 2011 tem como base de organização, para além da codificação orçamental e demais quadros determinados pelo POCAL, a estrutura dos serviços (Unidades Orgânicas) em vigor no Município.

O Orçamento que se apresenta totaliza **21.803.198,22 euros**, sendo que a estimativa das receitas e das despesas para o ano de 2011 consta do quadro seguinte, o qual resume, em termos de valores, a receita e a despesa, segundo os dois grandes agrupamentos da classificação económica: despesa e receita correntes; despesa e receita de capital.

| Descrição       | Receita                | Despesa                |
|-----------------|------------------------|------------------------|
| <b>Corrente</b> | 10.916.892,37 €        | 10.916.892,37 €        |
| <b>Capital</b>  | 10.886.305,85 €        | 10.886.305,85 €        |
| <b>TOTAL</b>    | <b>21.803.198,22 €</b> | <b>21.803.198,22 €</b> |

Conforme já se referiu, a delicada situação financeira do Município condiciona-nos a apresentar um Orçamento focalizado para a necessidade de darmos continuidade ao longo caminho, encetado em 2010, de recuperação das finanças municipais, o qual para além da redução do endividamento líquido, passa necessariamente por um maior rigor na previsão das receitas, evitando gradualmente a inscrição de receitas irrealistas e também redução progressiva da despesa no montante necessário ao reposicionamento do equilíbrio orçamental.

Assim, cumprindo os desígnios traçados no âmbito do “Plano de Saneamento Financeiro”, aprovado em sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 28.10.2010, para o ano de 2011 prevê-se face à dotação orçamental de 2010, uma redução na despesa total em cerca de 15%.

**Receita Previsional**

A receita total prevista para o ano de 2011, contempla 10,9 milhões de euros de receita corrente e 10,8 milhões de euros de receita de capital.

No cálculo das receitas correntes, foram consideradas:

- a) Receitas calculadas de acordo com a média dos últimos 24 meses (POCAL).
- b) Transferências correntes (participação do Município nas receitas do Estado, incluindo o FSM consignado ao financiamento de despesas associadas a funções sociais, nomeadamente educação, saúde ou acção social; comparticipação da DREN de despesas com educação devidas pelas competências transferidas para os Municípios).
- c) Taxas e tarifas.
- d) Vendas de bens e serviços correntes.
- e) Outras receitas correntes.

No cálculo das receitas de capital, foram consideradas:

- a) Vendas de bens de investimento, pelo recurso à alienação de património, sobretudo do edificado, não utilizado e não essencial às atribuições do Município.
- b) Transferências de capital (participação do Município nas receitas do Estado e comparticipações dos fundos comunitários relativas a projectos/candidaturas contratualizadas).
- c) Activos financeiros.
- d) Outras receitas de capital.

Em termos globais, a receita prevista reparte-se da seguinte forma:

| Receitas Correntes                    |                        |              | Receitas de Capital              |                        |              |
|---------------------------------------|------------------------|--------------|----------------------------------|------------------------|--------------|
| Rúbricas                              | 2011                   | %            | Rúbricas                         | 2011                   | %            |
| 01 Impostos Directos                  | 788.182,67 €           | 3,6%         | 09 Venda de Bens de Investimento | 7.606.932,00 €         | 34,9%        |
| 02 Impostos Indirectos                | 2.017,18 €             | 0,0%         | 10 Transferências de Capital     | 2.868.007,78 €         | 13,2%        |
| 04 Taxas, Multas e Outras Penalidades | 253.754,84 €           | 1,2%         | 11 Activos Financeiros           | 50.000,00 €            | 0,2%         |
| 05 Rendimentos de Propriedade         | 6.900,00 €             | 0,0%         | 13 Outras Receitas de Capital    | 361.366,07 €           | 1,7%         |
| 06 Transferências Correntes           | 4.717.316,00 €         | 21,6%        |                                  |                        |              |
| 07 Venda de Bens e Serviços Correntes | 2.462.335,00 €         | 11,3%        |                                  |                        |              |
| 08 Outras Receitas Correntes          | 2.686.386,68 €         | 12,3%        |                                  |                        |              |
| <b>Total:</b>                         | <b>10.916.892,37</b>   | <b>50,1%</b> | <b>Total:</b>                    | <b>10.886.305,85 €</b> | <b>49,9%</b> |
| <b>Total Geral 2011:</b>              | <b>21.803.198,22 €</b> | <b>100%</b>  |                                  |                        |              |

De salientar, o importância das Transferências recebidas do Estado (corrente e de capital) como principal fonte de receita do Município, representando cerca de 35% da receita total.

A este nível, será igualmente de referir, as medidas de contenção da despesa previstas na Lei do Orçamento de Estado para 2011, e que condicionam a actividade do Município no próximo ano, na medida em que estabelecem uma redução de cerca de 9% nas transferências do estado para o Município, o que representa face ao Orçamento de 2010 (antes da Lei n.º 12-A/2010, do PEC) um corte na receita em cerca de 534.884 euros.

A situação recessiva que se prevê para o próximo ano, irá igualmente reflectir-se na arrecadação de receitas fiscais, as quais têm vindo a decair ao longo dos últimos anos, pelo

que o recurso à alienação de património, sobretudo do edificado, não utilizado e não essencial às atribuições do Município, será uma fonte de receita inevitável com vista a repor o equilíbrio das contas Municipais, agravada pelo acumular de desequilíbrios orçamentais verificados sobretudo no último quadriénio. Não obstante, e dado o actual contexto recessivo com que o país e o Município, em particular, se deparam, será expectável, que o montante inscrito nesta rubrica da receita, embora inferior ao considerado nos anos anteriores, seja de difícil alcance na sua totalidade, também em virtude da morosidade dos procedimentos prévios das alienações, que incidirão no essencial no edificado, na habitação social e em terrenos.

De referir ainda, que em termos orçamentais não se inscreveu na rubrica de “*Passivos Financeiros*” o valor referente ao empréstimo contratualizado no âmbito do Saneamento Financeiro, atendendo a que o mesmo se encontra em fase de apreciação pelo Tribunal de Contas, para efeitos de concessão de visto.

### Despesa Previsional

A despesa total prevista para o ano de 2011, contempla 10,9 milhões de euros de despesa corrente e 10,8 milhões de euros de despesa de capital.

Na previsão das despesas para 2011, foram consideradas:

- a) Encargos de funcionamento:
  - Despesas com pessoal
  - Aquisição de bens e serviços
  - Outras despesas correntes
- b) Serviço da dívida
  - Juros
  - Amortizações
- c) Investimento Global
  - Aquisição de bens de capital (PPI)
  - Transferências de capital (incluindo a delegação de competências nas freguesias)
  - Activos Financeiros
  - Outras Despesas de Capital
- d) Transferências correntes/Subsídios (incluindo a delegação de competências nas freguesias)

Em termos globais, a despesa prevista reparte-se da seguinte forma:

| Despesas Correntes              |                        |               | Despesas de Capital             |                        |              |
|---------------------------------|------------------------|---------------|---------------------------------|------------------------|--------------|
| Rúbricas                        | 2011                   | %             | Rúbricas                        | 2011                   | %            |
| 01 Despesas com Pessoal         | 3.876.867,58 €         | 17,8%         | 07 Aquisição de Bens de Capital | 8.010.913,22 €         | 36,7%        |
| 02 Aquisição de Bens e Serviços | 4.050.327,87 €         | 18,6%         | 08 Transferências de Capital    | 870.541,35 €           | 4,0%         |
| 03 Juros e Outros Encargos      | 1.237.738,41 €         | 5,7%          | 09 Activos Financeiros          | 50.000,00 €            | 0,2%         |
| 04 Transferências Correntes     | 1.593.808,51 €         | 7,3%          | 10 Passivos Financeiros         | 1.536.659,90 €         | 7,0%         |
| 05 Subsídios                    | 100,00 €               | 0,0%          | 11 Outras Despesas de Capital   | 418.191,38 €           | 1,9%         |
| 06 Outras Despesas Correntes    | 158.050,00 €           | 0,7%          |                                 |                        |              |
| <b>Total:</b>                   | <b>10.916.892,37 €</b> | <b>50,1%</b>  | <b>Total:</b>                   | <b>10.886.305,85 €</b> | <b>49,9%</b> |
| <b>Total Geral 2011:</b>        | <b>21.803.198,22 €</b> | <b>100,0%</b> |                                 |                        |              |

No que se refere à despesa total, os encargos de funcionamento absorvem cerca de 37% dos recursos, sendo no entanto de destacar que, face a 2010, este tipo de despesa sofreu um corte de cerca de 23%, essencialmente suportado pela redução nas rubricas de “Aquisição de Bens e Serviços” e de “Outras Despesas Correntes”. No caso das “Despesas com Pessoal”, a redução verificada, apesar de ter ocorrido, não foi tão significativa, essencialmente devido:

- À inclusão da verba afecta a *mudanças obrigatórias de posicionamento remuneratório* destinada a suportar os encargos relativos ao pagamento dos retroactivos devidos aos trabalhadores que reuniram as condições previstas no n.º6 do artigo 47.º da Lei n.º12-A/2008, de 27 de Fevereiro, cuja alteração de posicionamento remuneratório deveria ter lugar até ao ano de 2010 nos termos do n.º7 do citado artigo 47.º, e que não se concretizou em virtude de se encontrarem por ultimar procedimentos de avaliação do desempenho de anos anteriores e, por conseguinte, o escrutínio das pontuações a considerar para tal alteração;
- Ao agravamento da contribuição para a ADSE, de acordo com o disposto na Lei do Orçamento de Estado para 2011;
- Ao aumento das contribuições para a Segurança Social decorrente da entrada em vigor do novo *Código de Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social*, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro.

No que se refere ao serviço da dívida, no ano de 2011, é expectável que atinja os 2.774.398,31 euros, os quais representam 12,7% do total da despesa, podendo variar em função do “*Empréstimo Bancário para o Saneamento das Finanças Municipais*” a aguardar a concessão de visto por parte do Tribunal de Contas, sendo no entanto de salientar que, face a 2010, esta rubrica sofreu um decréscimo de cerca de 4,15%, não obstante o valor dos compromissos/encargos assumidos no quadriénio de 2006-2009, e transitados para o exercício seguinte, os quais têm vindo a ser gradualmente pagos na medida das possibilidades financeiras do Município.

Em termos globais, para o investimento serão canalizados cerca de 42,8% dos recursos financeiros do Orçamento previsto para 2011, referindo-se, essencialmente, a investimentos já contratualizados no âmbito do QREN e, que incluem entre outros, projectos como o/a:

- Balcão único de atendimento com recurso a tecnologias multicanal;
- Conservação, valorização e salvaguarda dos monumentos românicos do Tâmega;
- EM 504 – 3.ª Fase – Execução do Troço Pejão – Ponte do Arda;
- Requalificação de Arruamentos Urbanos;
- Área de acolhimento empresarial - “Parque Empresarial da Cruz da Carreira”.

A este nível, será igualmente de referir que esta percentagem poderá vir a ser incrementada à medida que forem assegurados os meios destinados a custear os investimentos previstos no Plano Plurianual de Investimentos cujo financiamento não se encontra, à data, definido. O valor do investimento, inclui ainda os valores previstos para a aquisição de equipamentos afectos ao serviço de “Obras por Administração Directa” e as verbas previstas para as transferências de capital, activos financeiros e outras despesas de capital.

No que concerne às transferências, e mais concretamente no âmbito da cooperação com as Juntas de Freguesia, cumpre ainda referir que, não obstante o esforço financeiro já efectuado para pagar o total das dívidas relativas às competências delegadas nos anos de 2008 e 2009, e bem assim a quase totalidade do valor orçamentado para 2010, é igualmente garantida para 2011, a manutenção da cooperação com as Juntas de Freguesia no que se refere às competências delegadas ao nível da “*Limpeza e Manutenção das Vias Municipais*”, “*Conservação e Manutenção de Edifícios Escolares*” e “*Aquecimento de Edifícios Escolares*”. Devido à difícil situação financeira em que o Município se encontra, não é possível como desejado, reforçar em 2011, essa cooperação autárquica ou estendê-la a outras atribuições, sendo no entanto um propósito que se pretende cumprir no futuro, em

função do restabelecimento do equilíbrio orçamental e financeiro que se pretende atingir com o *“Plano de Saneamento Financeiro”*.

Ainda no âmbito do esforço a efectuar ao nível das transferências, será de manter dentro das actuais possibilidades orçamentais, o apoio do Município às actividades de maior relevo cultural, educacional e desportivo, e por essa via, assegurar a colaboração com as Associações, Colectividades e Instituições do nosso Concelho, aliados estratégicos para um desenvolvimento local impulsionador de actividades culturais, lúdicas e ligadas ao incremento da prática desportiva.

## **AUTORIZAÇÕES GENÉRICAS**



**AUTORIZAÇÕES GENÉRICAS:**

Em cumprimento do estabelecido na Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, nomeadamente na alínea b) do nº 2 do artigo 53º e alínea c) do artigo 64º, é esta a proposta de **Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2011** que se apresenta, a qual contém também o **Plano de Investimentos**, as orientações estratégicas que queremos implementar nos próximos quatro anos, o plano das **Actividades Mais Relevantes** que a Câmara Municipal pretende realizar em 2011, e o **Quadro do Pessoal do Município**, requerendo-se à Assembleia Municipal que aprove estes documentos, e ainda, para uma mais eficiente e pronta concretização dos objectivos e projectos neles contemplados (com o concomitante benefício para o Município e para a sua população), conceda:

- **autorização para a Câmara Municipal, nos termos do n.º 2, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, realizar por administração directa (sem prejuízo de, em alternativa ou cumulativamente, recorrer ao concurso de empreitada) obras ou reparações de valor superior ao previsto no referido n.º 2, do artigo 18.º;**
- **autorização, nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º, e alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para a Câmara Municipal adquirir, alienar ou onerar (por venda, doação ou permuta) bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, mesmo quando a alienação não decorra da execução das opções do plano, recorrendo-se sempre, quanto à alienação, ao processo de hasta pública, dispensando-se esta quando se aplique regulamentação própria, quando esteja em causa a permuta por interesse do Município e a doação para cumprimento de acordos com a Administração Central, com instituições, com cooperativas e com autarquias para a construção de equipamentos de índole social ou de interesse público;**
- **autorização, nos termos da alínea s) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para delegar nas Juntas de Freguesia, sempre que tal se mostre aconselhável e resulte em benefício do Município, competências previstas nas opções do plano relativas ao ensino pré-escolar, ao ensino primário, à higiene e saúde pública, à viação rural, e outros que se enquadrem nos programas da autorização concedida para a realização de obras por administração directa, com a concomitante transferência dos respectivos meios financeiros, bem como para diferir para 2011 os encargos assumidos com as obras delegadas nas Juntas de Freguesia, de acordo com o decurso da empreitada e as disponibilidades financeiras do Município;**
- **autorização, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do n.º 7 do artigo 38.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, para a Câmara Municipal contrair empréstimos de curto prazo até ao limite fixado no n.º 1 do artigo 39.º da referida Lei n.º 2/2007, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, garantindo os pagamentos atempados na execução de projectos comparticipados pelos Fundos Comunitários.**

Castelo de Paiva, 6 de Dezembro de 2010.